

Ata da I Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2023

ATA CTJ N°	01/2023
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM
Data	27/04/23
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Des. Abelardo Benevides Moraes	TJCE	Desembargador Presidente do TJCE
Desa. Ângela Teresa Carneiro	TJCE	Desembargadora
Dr. Manuel Pinheiro Freitas	MPCE	Procurador-Geral de Justiça
Dra. Solange Menezes Holanda	TJCE	Juíza Diretora do FCB
Dra. Jacinta Inamar F. Mota	TJCE	Juíza da 13ª Vara Criminal
Dra. Márcia Lopes	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Sergio Pereira	SSPDS	Secretário-Executivo da SSPDS
Dr. Paulo Italo Sales Carlos Alves	Vice Gov	Ass. Especial da Vice-Governadoria
Dr. Ricardo Gonçalves Pinheiro	DHPP	Diretor da DHPP
Karlos Raphael Bezerra	ViceGov	Vice Governadoria
Dr. Julio Cesar Nogueira Torres	PEFOCE	Perícia Criminal
Israel Grangeiro Landim	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
Rafael dos Santos Sousa	ViceGov	Vice Governadoria
José Ivo de F. Lima	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Dra. Teresa Cristina Cruz	PC	Delegada Adjunta
Dra. Carla Melo da Escóssia	Vice Gov	Casa Civil
Gustavo Pereira	TJCE	SETIN TJCE
Dra. Andréia Coelho	Vice Gov	Assessora de Gestão PREVIO
Dr. Marcos Aurélio M. Nogueira	TJCE	Juiz da 1ª Vara do Júri
Dr. Fabio Rodrigues Sousa	TJCE	Juiz da 3ª Vara do Júri
Dra. Daniela Lima da Rocha	TJCE	Juíza da 3ª Vara do Júri
Dr. Luis Eduardo Girão Mota	TJCE	Juiz da 4ª Vara do Júri
Juliana	TJCE	Supervisora da 4ª Vara do Júri
Larissa	TJCE	Supervisora da 5ª Vara do Júri
Socorro Gomes	TJCE	Assistente da 5ª Vara do Júri
Antônio Edilberto D. Lima		
Carlos Vitor Magalhães Germano		

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença do Exmo. Desembargador Presidente do TJCE, da Juíza Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua, dos representantes do comitê, e de convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Carneiro saudou e agradeceu a presença das autoridades presentes. Ato contínuo, iniciou a apresentação do Programa Tempo de Justiça, expondo o pacto entre os diversos órgãos envolvidos e seus principais métodos e objetivos e destacando os resultados já obtidos pelo Programa Tempo de Justiça.

Ato seguido, o Desembargador Presidente Abelardo Benevides Moraes ressaltou a importância do Programa e da necessidade de parceria entre os diversos órgãos atuantes no sistema de justiça.

Em seguida, todos os presentes foram convidados para a inauguração da Sala de Apoio do Programa Tempo de Justiça, pela Juíza Solange Menezes Holanda, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua.

Em seguida, foi aberta a reunião com os representantes do comitê e juízes e servidores atuantes nas Varas do Júri de Fortaleza.

A Desembargadora Ângela agradeceu a presença de todos e informou que, em razão da pandemia, seria necessário fazer o recomeço do programa. Destacou que a presente reunião tem o intuito de apresentar os novos membros do programa. Em seguida, ressaltou a importância do comprometimento de todos. Pontuou sobre a necessidade de se delinear um marco temporal para o projeto no ano de 2023. Relembrou a importância do projeto e os impactos para a sociedade que precisa de uma prestação jurisdicional mais célere. Ressaltou a necessidade de reuniões mensais para que sejam acompanhados os avanços e pontuadas as dificuldades e discutidas as soluções. Ainda enfatizou a necessidade de atualização do histórico de partes e a fidelidade dos dados espelhados no painel de acompanhamento do programa. Por fim, informou que deve ser reunido pelo grupo o marco temporal e o corte de abrangência do programa, para que seja algo exequível.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Passou-se a palavra ao Procurador-Geral de Justiça Manoel Pinheiro, o qual exibiu uma apresentação do Programa Tempo de Justiça, abordando os seguintes temas:

- Causas de perda da coercibilidade como fator de prevenção dos crimes de homicídio no Brasil
 - Baixa taxa de resolubilidade dos IP;
 - Demora excessiva na conclusão dos processos penais;
- Sugestão de ações adotadas pelas instituições;
- Apresentação de casos emblemáticos de morosidade (demora no julgamento) e de eficiência (processos julgados em menos de 1 ano), ilustrando a mudança de paradigmas;
- Sugestão de aumentar a força de trabalho com agenda livre para que o julgamento aconteça com celeridade, com a criação da 6ª Vara do Júri.
- A 6ª Vara do Júri seria responsável por atuar nos novos processos de crimes dolosos contra a vida, para poder aliviar a entrada de processos para as demais Varas e poderia julgar os novos processos de forma mais célere.
 - Necessidade de combater o acúmulo de acervo decorrente da pandemia, que inflou as pautas de audiências.
 - Quanto mais tempo entre a data do delito e a realização de audiência, pior é a taxa de eficiência dos atos processuais.

Durante a exposição, o Dr. Eduardo, Juiz do Júri, confirmou que o tempo é prejudicial à colheita de provas, pois permite a mudança de endereços, intimidações, perdas de provas, com conseqüente desperdício de tempo. Sugeriu a adoção de medidas como a antecipação de provas.

Em seguida, Carlos Rafael, Raphael e Ivo expuseram o funcionamento do sistema desenvolvido pela Coordenação de Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará para os convidados.

Em seguida, a Promotora Marcia Lopes Pereira informou como está funcionando o Ambiente de Inquéritos no MP e sugeriu que, no atual ciclo do Programa Tempo de Justiça, o corte seja envolvendo os processos de crimes dolosos contra a vida com autoria definida ocorridos em 2022 e 2023, para causar maior impacto social.

A Juíza Jacinta Inamar Franco Mota sugeriu que, para a meta do presente ciclo ser exequível, dentro de 400 dias, que o corte do programa seja envolvendo os processos de crimes dolosos contra a vida com autoria definida ocorridos em 2023.

Dando seguimento à reunião, a Professora Carla Melo da Escóssia afirmou ser importante definir os cortes e o marco temporal para poder acompanhar o andamento do processo.

O Dr. Fabio Rodrigues Sousa, Juiz da 3ª Vara do Juri, pediu que fosse acrescentado no painel a indicação de processos de réus presos e que os policiais civis pudessem ser requisitados via SAV.

A servidora Socorro Gomes, da 5ª Vara do Júri, informou que existem casos em que o histórico de partes está atualizado, mas o painel não está apresentando os dados corretamente.

Diante dessa afirmação, Karlos Raphael Bezerra, informou que irá se reunir com informática do TJCE para rever os dados de importação e identificar as inconsistências.

A Desembargadora Ângela Teresa Carneiro destacou a necessidade das Varas do Júri atualizarem os históricos de partes dos processos, com o intuito do painel exibir os dados mais atuais possíveis. Além disso, informou que será criado um grupo de Whatsapp para facilitar a comunicação entre os membros do Comitê de Governança do Projeto Tempo de Justiça.

Após um breve debate, foi determinado que o atual ciclo do programa monitorará os processos de crimes dolosos contra a vida com autoria definida ocorridos a partir de janeiro de 2023.

O servidor Gustavo Pereira informou que a SETIN entrará em contato com a 5ª Vara do Júri para analisar a fidelidade dos dados.

Julio Cesar Nogueira Torres, da PEFOCE, listou os avanços conseguidos e informou que o tempo de espera pelos laudos será reduzido.

A Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz destacou a necessidade de orientar as unidades para identificar os expedientes do programa Tempo de Justiça, para as instituições parceiras darem prioridade no cumprimento.

O servidor Gustavo Pereira, da SETIN, informou que irá verificar o acesso dos magistrados ao sistema de consulta da PEFOCE.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Carneiro informou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, na sala da ACM, no Fórum Clóvis Beviláqua.

COMPROMISSOS

#	Compromisso	Responsável
01	Karlos Raphael Bezerra, informou que irá se reunir com informática do TJCE para rever os dados de importação e identificar as inconsistências.	Karlos Raphael Bezerra
02	Criação do grupo de Whatsapp	Israel G. Landim
03	A SETIN entrará em contato com a 5ª Vara do Júri para analisar a fidelidade dos dados.	Gustavo Pereira
04	A SETIN verificará o acesso dos magistrados ao sistema de consulta da PEFOCE.	Gustavo Pereira
05	Atualização do painel para a próxima reunião	José Ivo de Freitas

Por fim, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 13h00min, sendo agendada a próxima reunião para o dia **25 de maio de 2023, quinta-feira, as 10h00min, na Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.